



IX

**Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica**

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

**AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DA
SOCIOBIODIVERSIDADE NA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO**

Lucélia Neves dos Santos (UFT) - luceliadr@gmail.com
Comunicóloga, pós-graduanda em Desenvolvimento Regional - UFT

Waldecy Rodrigues (UFT) - waldecy@uft.edu.br
Economista, professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional-UFT

Mônica Aparecida da Rocha Silva (UFT) - monicars@uft.edu.br
Socióloga, professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional-UFT

TÍTULO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL: Universidade Federal do Tocantins – UFT – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

ENDEREÇO: QUADRA 206 SUL, LOTE 06, ALAMEDA 06 – PLAMAS/TO

E-MAIL: luceliadr@gmail.com

TELEFONE: 63-3225-2160

RESUMO:

O Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) tem como objetivo promover e fortalecer as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. O presente trabalho avaliou o processo de implementação do PNPSB, investigando a sua efetividade no fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, no âmbito da mesorregião do Bico do Papagaio. Para tanto, a técnica Delphi de Políticas foi utilizada na aplicação de questionários aos atores envolvidos (Movimentos Sociais, Comunidades Extrativistas e Setor Público). A pesquisa revelou a complexidade existente no âmbito dessa política, observando-se várias discussões num processo de implementação de política pública e de avaliação; deste modo, reconhecer os gargalos é fundamental à implementação almejada pelos atores sociais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Política, Avaliação, Sociobiodiversidade, Processo, Implementação

ABSTRACT:

The National Plan for the Promotion of socio-biodiversity Chain Products (PNPSB) aims to promote and strengthen the bonds of the products of Brazilian biodiversity, with value added and consolidation of sustainable markets. This study evaluated the implementation process PNPSB, investigating its effectiveness in strengthening the productive chain of babassu, within the middle region of the Parrot's Beak. For this, the Delphi technique was used in the Policy application of questionnaires to stakeholders (Social Movements, Communities, and Extractive Sector Público). The research revealed the complexities that exist within that policy, observing the various discussions in the process of implementing and evaluating public policy so that people recognize the bottlenecks is crucial to the implementation desired by the social actors involved.

KEYWORDS: Policy, Evaluation, sociobiodiversity, Process, Implementation

EIXO TEMÁTICO: Políticas públicas e meio ambiente (Processos de formulação, avaliação, financiamento e execução de políticas públicas estatais e não estatais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa avaliar o processo de implementação do Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade¹ (PNPSB), com o propósito de verificar o alcance desta política pública para as comunidades agroextrativistas do coco de babaçu.

¹ Informações e detalhes sobre essa política pública, bem como sua implementação estão disponíveis em: <http://www.mda.gov.br/portal/> - Acesso em 05 de jun. 2011.

O PNPSB tem como objetivo principal, desenvolver ações integradas com outras políticas públicas, para promover e fortalecer as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. O referido Plano encontra-se atualmente em fase de implementação e inicialmente foi explorada a cadeia produtiva do coco de babaçu e da castanha do Brasil, que juntas, cerca de 500 mil famílias entre quebradeiras de coco e extrativistas, geram aproximadamente R\$ 160 milhões/ano para a economia do Brasil.

Para avaliar o processo de implementação deste Plano o método *Delphi* de Políticas foi utilizado na aplicação de questionários para os atores envolvidos (comunidades agroextrativistas, movimentos sociais e condutores do PNPSB). E no âmbito do processo de avaliação será enfocada uma modalidade específica, a avaliação de processos. Serão apresentados conceitos básicos como a definição de avaliação e a especificação de cada modalidade adotada. Na sequência, a caracterização da área percorrida para realizar a pesquisa, assim como o seu resultado.

As considerações finais demonstram o resultado e a expectativa dos atores sociais envolvidos na implementação do PNPSB, e o que este representa ou poderá representar na sustentabilidade econômica do agroextrativismo do coco de babaçu, sugerindo assim uma reflexão sobre as potencialidades da pesquisa de avaliação de políticas públicas.

A AVALIAÇÃO DO PROCESSO

No processo de construção das políticas públicas, a avaliação tem fundamental importância, devido mensurar qual a relevância de uma política para seus beneficiários e de gerar informações com frequência para monitorar a sua execução. Os tipos de avaliação estão divididos em: avaliação ex-ante, avaliação de processo, avaliação de resultado, avaliação de impacto e meta-avaliação.

No universo de políticas públicas, o processo de avaliação é caracterizado como “a análise crítica do programa [...] com o objetivo de aprender [...] em que medida as

metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais que estão sendo ativados” (Lima Junior, et. Alii 1978: 4-5).

Considera-se nesta pesquisa, a avaliação de processo, razão que leva verificar junto aos atores envolvidos na implementação do PNPSB, como está ocorrendo o processo de implementação das ações do referido Plano e conferir a sua efetividade no fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu na mesorregião do Bico do Papagaio.

“A avaliação de processos visa à aferição da eficácia: se o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas” FIGUEIREDO & FIGUEIREDO (2010).

A avaliação deste processo possibilitará medir o efeito de algumas ações desta política para os seus beneficiários, sejam eles membros de comunidades agroextrativistas ou de movimentos sociais, que ainda não dispõem de equipamentos para desenvolver um processo industrializado. No caso do estado do Tocantins existe uma indústria que possui recursos tecnológicos mais avançados para processar o coco de babaçu e as demais iniciativas estão sendo desenvolvidas pelas associações que até o presente, não adquiriram meios para trabalhar com tecnologia adequada buscando o aproveitamento integral deste produto da sociobiodiversidade.

De acordo com Rua (1997), “a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poderes que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. As associações de quebradeiras e catadores de coco apostam numa reestruturação da cadeia produtiva do babaçu por meio deste Plano, e boa parte considera as suas diretrizes capazes de fortalecer todas as iniciativas. Consequentemente, a avaliação do processo de implementação das primeiras ações do PNPSN objetiva averiguar se os efeitos ocorridos estão baseados nas diretrizes e no plano de ação executado no ano de 2010.

METODOLOGIA

O método *Delphi* foi utilizado nesta pesquisa para verificar o alcance do PNPSB. A referida pesquisa foi estabelecida em duas partes, a primeira tratou-se do planejamento e da elaboração de listagens de apoio para a aplicação do *Delphi* de Políticas. A segunda parte foi de fato a aplicação de duas rodadas do *Delphi* por meio de questionários, e os resultados foram adquiridos a partir do consenso de opiniões entre os participantes.

Para a aplicação do método *Delphi* foi selecionado um grupo de especialistas, que representam significativamente os atores sociais envolvidos na implementação do PNPSB. Este grupo foi dividido em duas categorias, uma representada pelos seguintes movimentos sociais: Grupo Produtivo da Comunidade de Juverlândia, ligado a ASMUBIP, MIQCB, APA-TO, COAPIMA, CENTRU-MA. A outra representada por instituições públicas estaduais e federais que são os condutores dessa política pública: MDA, MMA (ICMBio), EMBRAPA COCAIS, SEAGRO-TO, SETAS-TO, AGERP-MA, os resultados oriundos dessa pesquisa permitiu analisar os dados com o intuito de avaliar o processo de implementação do referido Plano na mesorregião do Bico do Papagaio.

Dos 30 questionários enviados na primeira rodada, 22 foram respondidos e devolvidos, para a segunda rodada foram enviados 22 questionários, os quais foram obtidos o retorno de 80% destes, a bibliografia de referência aponta que o número de 15 a 30 respondentes é suficiente para adquirir um retorno satisfatório e relevante em termos de informações. A análise dos dados foi calculada com base na média. Os resultados apresentados a seguir foram baseados nos 20 questionários devolvidos na última rodada e as respostas de cada categoria foram analisadas com o objetivo de verificar o alcance do programa para a população alvo.

A aplicação do método Delphi

A pesquisa em questão buscou elementos através do método *Delphi*, o qual consulta um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros através de um questionário

que é repassado continuadas vezes até seja obtida uma convergência das respostas (Wright e Giovinazzo, 2000). Portanto, o mesmo questionário deve ser encaminhado no mínimo duas vezes aos respondentes, isto é uma particularidade do *Delphi*, as suas características principais são, manter o anonimato dos painelistas, apresentar estatisticamente os resultados, assim como dar o *feedback* das respostas ao grupo para reavaliação nas rodadas de questionários seguintes.

O *Delphi* possui as seguintes etapas: i) elaboração do questionário para primeira rodada ii) seleção dos painelistas ou respondentes, distribuindo de forma equilibrada as entidades de interesse iii) contato com os painelistas para explicar o método, o objetivo da pesquisa e enfatizar a importância da participação iv) envio do questionário por meio eletrônico ou correio v) tabulação e análise dos dados da primeira rodada, incorporação ou não de novas questões na segunda rodada vi) elaboração da segunda rodada do questionário *Delphi* com apresentação obrigatória do resultado do primeiro questionário aos respondentes para que o mesmo reveja seu posicionamento e envio.

Nos dias atuais, o *Delphi* passou a ser bastante conhecido como o *Policy Delphi* (*Delphi* de Políticas), em função de ser considerado como uma técnica de apoio à decisão e à definição de políticas. Neste sentido, é recomendado quando não se dispõe de dados quantitativos, como no caso da avaliação do processo de implementação das ações do PNPSB.

Na fase de aplicação do *Delphi Polices*, na primeira rodada o questionário foi enviado juntamente com uma carta esclarecendo os objetivos da pesquisa, para 37 representantes do setor público (condutores do PNPSB) e dos movimentos sociais, responsáveis pela implantação do Plano na mesorregião do Bico do Papagaio. Na segunda rodada, o questionário foi reenviado com o resultado da primeira rodada aos representantes das referidas instituições e movimentos sociais. Partindo-se do princípio que optar por esse universo, seria a forma de adquirir as informações precisas, em função das suas experiências empíricas e opiniões pessoais.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Mesorregião Bico do Papagaio (Maranhão, Pará e Tocantins).



Fonte: Ministério da Integração Nacional – Plano de Ação da Mesorregião do Bico do Papagaio

Na mesorregião do Bico do Papagaio (Tocantins, Pará e Maranhão), a ocorrência da palmeira *Orbignya* spp, conhecida como babaçu, representa grande apelo social, econômico e ambiental por meio do extrativismo do coco, que oferece ocupação econômica e social para milhares de famílias, além dos babaçuais contribuírem para a redução da emissão de gases de efeito estufa. No livro *Palmeiras em chamas*, Peter May conclui que não reconhecer a utilidade de espécies naturais, como a palmeira de babaçu, assim como a função do extrativista, significa ignorar o potencial desses recursos no processo de desenvolvimento.

Geralmente a exploração do babaçu é feita nas entressafras de outras culturas, o que contribui para o aproveitamento da mão-de-obra local e, conseqüentemente, atenua o êxodo rural. É necessário também ressaltar que o babaçu é uma palmeira cujo porte possibilita o aproveitamento de espaço para o desenvolvimento de outras culturas alimentares, tornando assim uma determinada localidade em campo produtivo.

Portanto, as comunidades que trabalham com a cata e quebra do coco babaçu, através de associações, cooperativas, ONG's (entre outras), demandam acompanhamento e

orientação que possam promover e fortalecer essa cadeia produtiva, o uso racional do coco e a conservação da palmeira, pois o babaçu possibilita várias alternativas que abrangem os aspectos socioeconômicos e ambientais. Sendo estes fundamentais para o surgimento de investimentos através de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, comprometidas com a sustentabilidade da mesorregião do Bico do Papagaio e que ainda favoreça o desenvolvimento dessa região com a implementação de políticas públicas considerando os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais da Amazônia Legal.

RESULTADOS

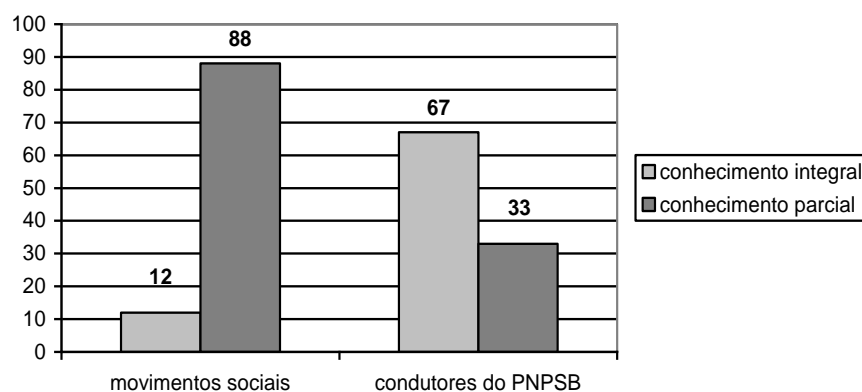


Gráfico 01. Opinião dos painelistas sobre o nível de conhecimento do Plano

Em relação ao nível de conhecimento do Plano 12% dos painelistas representantes dos movimentos sociais o conhecem integralmente e 88% conhecem parcialmente. Esta categoria enfatizou a importância da articulação da sociedade civil organizada na implementação de políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais, bem como, a conservação dos recursos naturais. E 67% dos painelistas que representam os condutores dessa política, informaram que o conhecem integralmente e 33 % informaram conhecer parcialmente, estes colocaram a necessidade de ampliar a divulgação do Plano para as comunidades mais distantes.

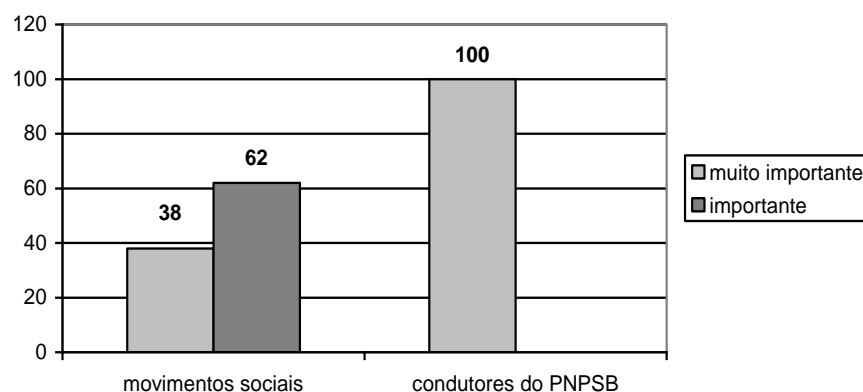


Gráfico 02. Opinião dos painelistas sobre o objetivo geral do Plano.

Quanto ao objetivo do Plano, 38% dos painelistas representantes dos movimentos sociais o consideram muito importante e 62% Importante. Entretanto, enfatizaram que suas ações precisam de fato se concretizar para que aconteça o fortalecimento do mercado com produtos da sociobiodiversidade. E 100% dos condutores informaram que consideram o Plano, muito importante. De modo geral, considerações em relação aos impactos positivos na qualidade de vida de PCTAFs, uso sustentável dos recursos naturais, a consolidação de mercados sustentáveis e a rica diversidade biológica do planeta, foram bastante presentes nos comentários.

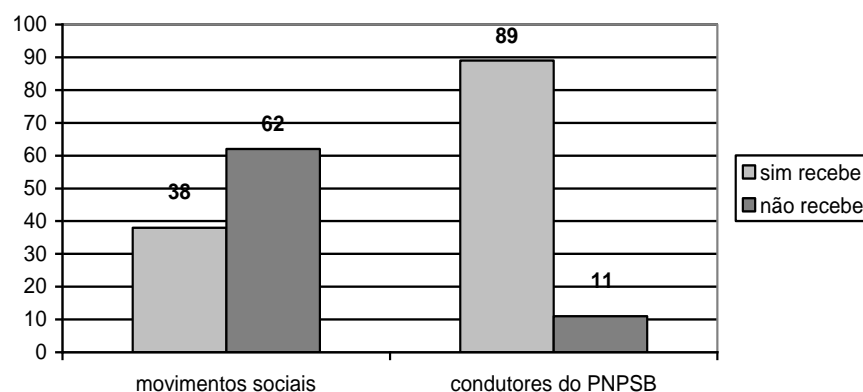


Gráfico 03. Opinião dos painelistas sobre o recebimento de informações sobre as ações do Plano aos movimentos sociais, comunidades agroextrativistas, ONG's, Instituições Públicas e Privadas.

Os representantes dos movimentos sociais apontam um percentual de 38% em relação ao recebimento de informações sobre as atividades/ações do Plano e 62% informam que estas informações chegam atrasadas devido ao distanciamento que as políticas públicas têm dos trabalhos das organizações sociais. Por vezes, quando chega à informação sobre um evento o mesmo já aconteceu. Na opinião dos condutores, 89% informaram que recebem estas informações e 11% que não recebem informações em suas instituições. Em alguns comentários, reconheceram as dificuldades que algumas organizações sociais têm em acessar essas informações, daí a necessidade de fazer uma divulgação mais abrangente.

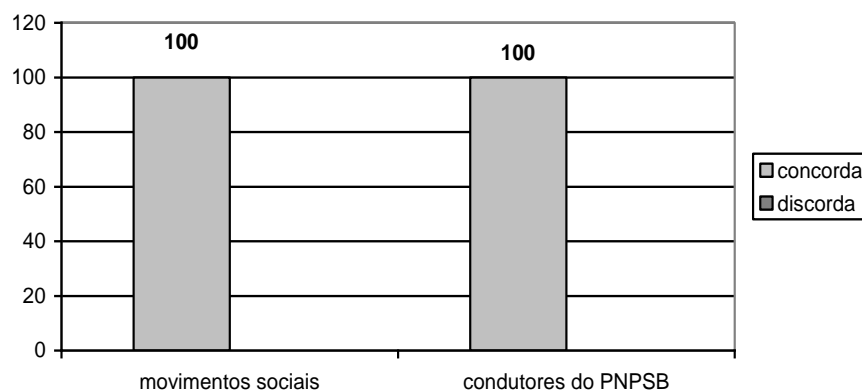


Gráfico 04. Opinião dos painelistas referente às diretrizes do Plano atender ou não as necessidades das comunidades extrativistas envolvidas.

A pesquisa apontou que 100% dos movimentos sociais envolvidos concordam com as diretrizes estabelecidas neste Plano, desde que se concretizem e sejam implementadas de fato. Do mesmo modo, 100% dos condutores do PNPSB concordaram com essas diretrizes, alguns lembraram que estas foram definidas com base em seminários regionais e nacional, envolvendo mais de 700 pessoas e tiveram o foco no atendimento às necessidades apresentadas pelas comunidades extrativistas.

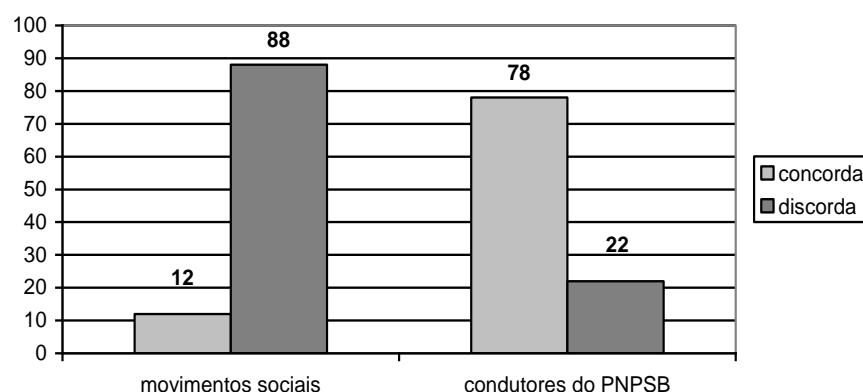


Gráfico 05. Opinião dos painelistas sobre a execução do Plano num prazo regular.

Os resultados obtidos com as organizações sociais apontaram que 12% concordam com prazo de execução do Plano e 88% discordam devido à falta de regularidade nas ações, pois estas nem sempre acontecem na data planejada e os condutores dessa política demoram bastante tempo para realiza-las. No total de condutores envolvidos 78% concordam com o prazo de execução do Plano, e reforçaram que não há prazos determinados para a finalização do Plano de Sociobiodiversidade, está sendo construído de uma forma contínua em etapas. Mesmo com esse argumento, 22% discordaram que o Plano esteja sendo executado dentro do prazo regular e a falta de planejamento de ações num intervalo de tempo menor seria o obstáculo.

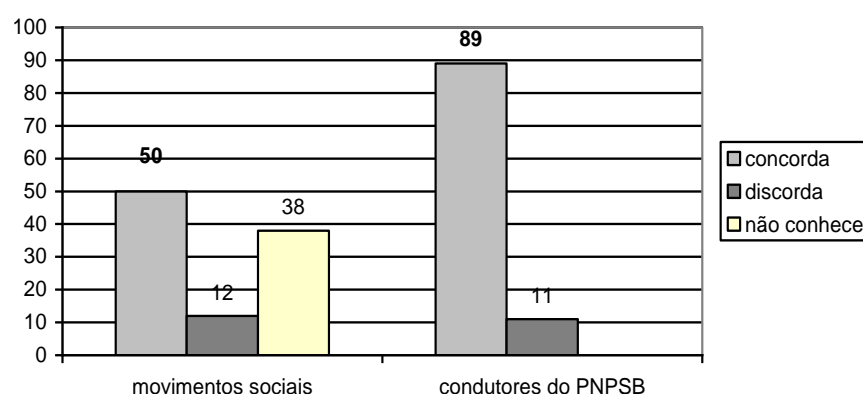


Gráfico 06. Opinião dos painelistas relacionada à disponibilidade das informações do Plano no Portal da Comunidade da Sociobiodiversidade/MDA.

Em 50% dos membros de movimentos sociais considera acessível às informações do site do MDA, mas acrescentam que é também necessário o contato direto com pessoas responsáveis pela implementação do PNPSB, outros 12% desconhecem essas informações por meio da internet porque consideram complicado o acesso, 38% informaram que nas suas comunidades não chegou internet.

No resultado dos condutores do Plano 89% consideram acessíveis as informações do site do MDA, mas enfatiza que muitas organizações de base ainda não possuem acesso a internet, seria fundamental criar outro instrumento mais popular com uma linguagem acessível para essas comunidades. E 11% discordam da acessibilidade das informações no site do MDA.

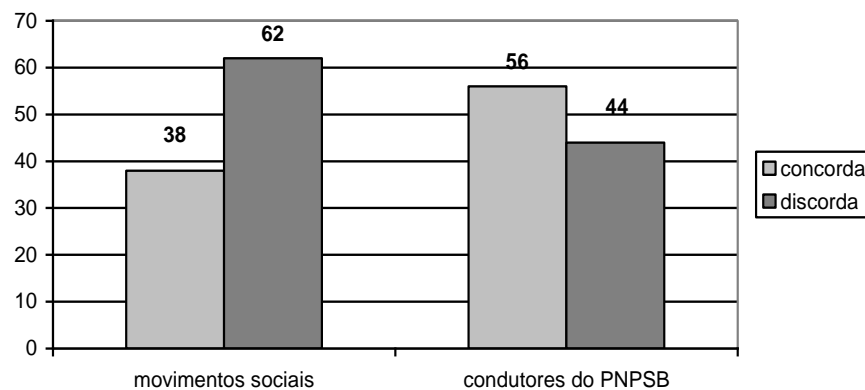


Gráfico 07. Opinião dos painelistas sobre a localização remota de várias comunidades extrativistas de babaçu, considerada como impedimento para os projetos com estes produtos.

Os movimentos sociais apontam um resultado, o qual 38% concordam com o fato da localização remota dificultar o desenvolvimento desses projetos, ressaltam que muitas vezes o produto fica armazenado e perde a validade, isso ocorre devido ao acesso ruim e à distância. Porém, 62% dessas organizações discordam que a localização remota de uma comunidade possa representar um empecilho no avanço de projetos através do coco de babaçu, e ainda consideram as questões burocráticas o principal obstáculo encontrado para inserir os produtos da agricultura familiar no mercado.

O total de condutores do Plano envolvidos nessa pesquisa indica que 56% consideram um entrave à localização distante de algumas comunidades extrativistas de babaçu, e destacam que a partir do processo de organização das comunidades e de políticas públicas voltadas para o setor essas dificuldades serão dirimidas, e os projetos serão realizados com eficácia. Outros 44% discordam dos demais, destacando que a falta de uma estratégia logística organizada, favorece a inserção de atravessadores na cadeia produtiva e isso dificulta a melhoria dos ganhos dos extrativistas, mas esse é um impedimento que pode ser diminuído se as condições de infraestrutura e logística forem planejadas através de políticas públicas ou parcerias com setor privado. Pois a distância dificulta a comercialização e encarece alguns custos, porém existem estradas no Bico do Papagaio e o problema maior das comunidades extrativistas que trabalham com o coco de babaçu é a falta de transporte.

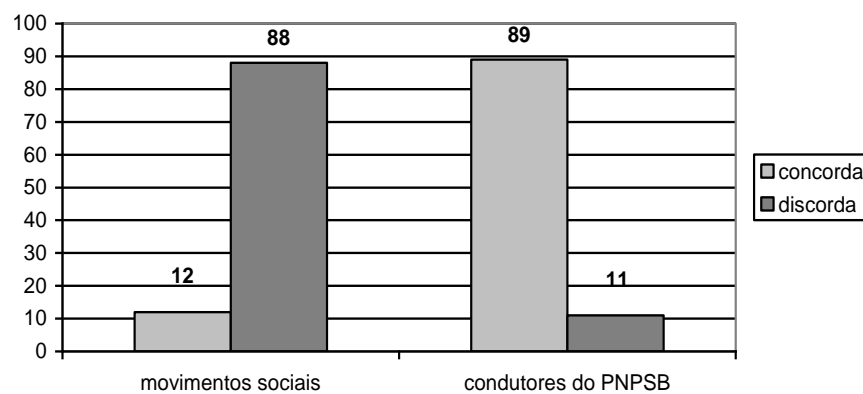


Gráfico 08. Opinião dos painelistas referente às elevadas taxas de analfabetismo, consideradas como obstáculo na gestão de empreendimentos com produtos da sociobiodiversidade.

Em 88% das respostas de movimentos sociais, as elevadas taxas de analfabetismo são obstáculo na gestão de empreendimento com o babaçu, além de seus membros (quebradeiras) revelarem as dificuldades que tiveram para educar os filhos mais velhos, bem como, o impedimento no momento de realizar os cálculos para saber o resultado da comercialização de seus produtos (óleo, amêndoa, carvão). Outras 12%

responderam que discordam da situação das elevadas taxas de analfabetismo impedir o desenvolvimento na gestão de projetos e empreendimentos por meio do babaçu.

No total de condutores envolvidos as respostas indicam que 89% concordam que as elevadas taxas de analfabetismo impedem o bom desempenho nos referidos empreendimentos. Algumas considerações ressaltam o analfabetismo como um impedimento para diversas atividades, daí a necessidade dos jovens ter acesso a uma escola que permita outras escolhas como as Casas Familiares Rurais ou Escolas Família Agrícola. Nas demais respostas, 11% dos demais painelistas informam que discordam dessa situação gerada pelas elevadas taxas de analfabetismo.

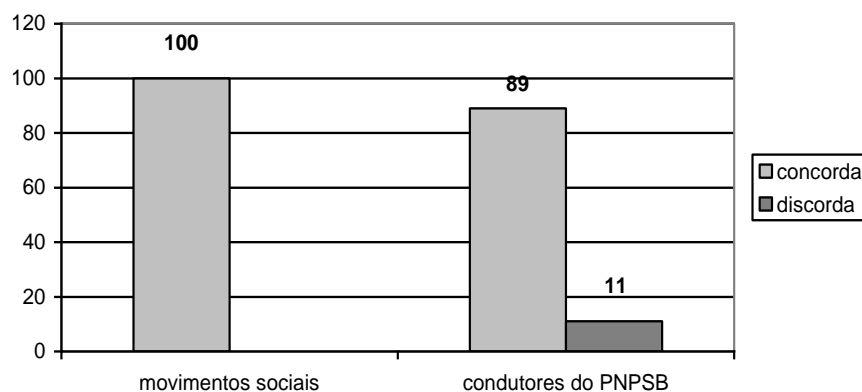


Gráfico 09. Opinião dos painelistas sobre a utilização do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) como mecanismo para ampliar o mercado de produtos e subprodutos do babaçu.

Os movimentos sociais revelaram bastante interesse na articulação entre o PAA e o PNPSB, pois 100% destas acreditam que através da articulação dessas duas políticas poderão ampliar as oportunidades de mercado para os produtos do coco de babaçu. Enfatizaram que por meio da comercialização praticada com o apoio de recurso do PAA, os frutos não desperdiçam, nem os produtos perdem a validade, além de comercializarem entre si, com as outras companheiras.

As respostas dos condutores envolvidos indicaram 89% concordando com esse mecanismo, acrescentando que o acesso às políticas públicas de apoio à comercialização é o primeiro passo para a inclusão social e precisa ser estimulado. Contudo, 11% dos demais painelistas discordaram das possibilidades advindas desse mecanismo.

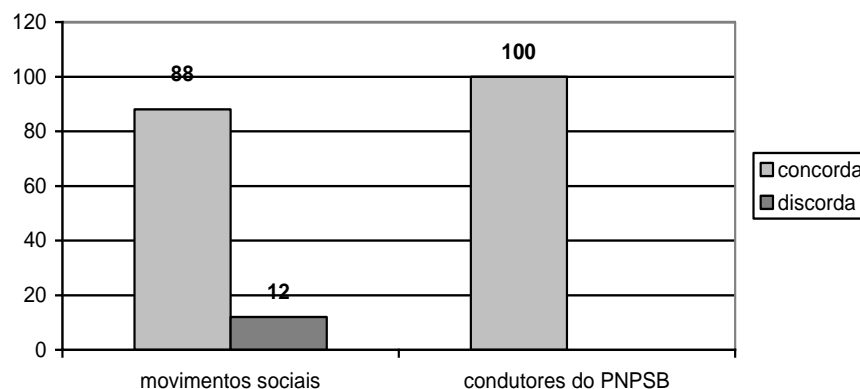


Gráfico 10. Opinião dos painelistas referente às ações para o fortalecimento do processo de industrialização do coco de babaçu.

Nas respostas adquiridas com os movimentos sociais, 88% concordam com as ações descritas para estruturar o processamento do coco de babaçu. Mas, ressaltam que além do interesse nas inovações tecnológicas o objetivo maior é manter as tradições culturais, pois dessa forma estarão garantindo a valorização de sua categoria. Na oportunidade, reafirmaram as dificuldades em conseguir certificação, selos e notas fiscais. Outros 12% discordam dessas ações, sem nada a ponderar.

O total de condutores do PNPSB envolvidos o resultado foi de 100% dos painelistas concordando com ações estruturais, considerando ainda que são questões estruturais e a chave para alcançar bons resultados com o mercado de produtos da sociobiodiversidade.

CONCLUSÃO

Da perspectiva da atividade agroextrativista, este plano caracteriza estratégias para compreensão de que princípios mais abrangentes possam direcionar as ações de governo, evitando assim a repetição de ações por vezes ineficazes, atuando junto às comunidades agroextrativistas de babaçu (entre outras) e potencializando todas as iniciativas. Esta pesquisa revela que o Plano pode representar uma oportunidade para as organizações sociais colocarem suas demandas e abranger segmentos econômicos que antes não seriam contemplados.

Neste sentido, observa-se que a maior parte dos atores envolvidos nesta pesquisa concordam com as diretrizes e estratégias de implementação utilizadas pelo referido Plano, e ainda estão abertos a diálogos que possam acelerar a implementação desta política pública e das ações voltadas para atingir seus objetivos e metas propostos, e contribuir de fato com o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu.

Todavia, algumas ações precisam ser trabalhadas de modo a alcançar a todos os atores sociais envolvidos nesse processo, umas delas é em relação ao nível de conhecimento do Plano, um planejamento de comunicação que utilize vários veículos de comunicação (TV, Rádio Comunitária, Carro de som, impressos e outros) é indispensável para sua melhor divulgação e esclarecer aos usuários dessa política que ela está sendo construída em etapas e de modo contínuo. Outra questão está ligada à localização geográfica de algumas comunidades, segundo relatos de seus membros, isso não seria um obstáculo para o desenvolvimento de projetos, o que resolveria a situação seria a diminuição da burocracia, assim como, investimentos numa estrutura logística organizada e transportes.

A regularização fundiária também se manifesta como empecilho no avanço de projetos por meio do babaçu, contudo, a pesquisa determina que existam outros aspectos encadeados á falta de regularização da terra, que se implementados atenuam essas dificuldades, são eles: a falta de organização social e produtiva entre os extrativistas, o pouco acesso às políticas publicas de comercialização, o

desconhecimento dos consumidores sobre os benefícios nutricionais do babaçu e a falta de valorização desse extrativismo como forma de conservação ambiental.

E por fim, deve ser uma ação prioritária do governo federal, combater as elevadas taxas de analfabetismo que atingem muitas comunidades extrativistas, essa realidade demonstra a falta de oportunidade e as dificuldades de muitas mães para educar os filhos e oferecer aos jovens o acesso a uma educação que permita outras escolhas como as Casas Familiares Rurais ou Escolas Família Agrícola, pois a falta de escolaridade impacta severamente na gestão de projetos e empreendimentos.

A pesquisa revela a complexidade existente no âmbito dessa política, observa-se varias discussões relacionadas à avaliação do processo de implementação de políticas públicas. E estender as ações para eliminar os gargalos seria fundamental para prover os implementos demandados pelos atores sociais envolvidos no PNPSB.

REFERENCIAS

BARBOSA JÚNIOR, Odilon Arruda. **Coco Babaçu: Potencial extrativista e industrial na região do Bico do Papagaio, Estado do Tocantins**. 92 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Tocantis - Campus de Tocantinópolis – Curso de Pedagogia, Tocantinópolis, TO., 2008.

DENCKER, Ada Freitas. DA VIA, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.

DOURADO, Josilene de Jesus. **Das quebradeiras de coco à Tobasa: O processo do babaçu a Tobasa e da vida na Região Amazônica**. 80 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Tocantis - Campus de Tocantinópolis – Curso de Pedagogia, Tocantinópolis, TO., 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub & FIGUEIREDO, Marcus Faria. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referencia teórica**. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar>>. Acesso em: 13 fev.2011

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 13 fev.2011

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

GIOVINAZZO, Renata A. **Modelo de aplicação da metodologia Delphi pela internet: vantagens e ressalvas.** Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art22/renata.htm>. Acesso em: 15 fev.2011

WRIGHT, James Terence Coulter; GIOVINAZZO, Renata Alves. **Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo.** Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 01, n. 12, p. 54-65, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MAY, Peter Herman. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu.** São Luís, EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

RUA, Maria das Graças. **Análises de Políticas públicas: conceitos básicos.** Disponível em: <http://www.google.com.br/search> - último acesso 15.02.2011.